

Gaiolas discursivas, educação e subjetividades

Discursive cages, education and subjectivity

Jaulas discursivas, educación y subjetividad

Submetido: 15/11/2021 | Aceito: 26/11/2021 | Publicado: 18/12/2021

Rita de Cássia Costa Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3057-6102>

Pesquisadora Doutora, Brasil

E-mail: rccmoreira@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo, construído a partir dos estudos realizados no Mestrado e no Doutorado em Educação, usou como fonte de descrição a abordagem qualitativa, e tem como objetivo discutir a força da linguagem e o papel da educação na construção das subjetividades e das identidades de Gênero. Sendo a palavra marcadamente androcêntrica e fonte de renovados conflitos sociais, reveste-se de importância uma discussão sobre os sentidos dos discursos que permeiam a relação entre os sexos em seus processos de educação e disciplinamento, e sobre o papel da educação na transformação da realidade social, especialmente no que diz respeito à equidade de gênero. Defendendo a proposta de uma educação que abrace a subjetividade, esta reflexão é particularmente interessante por provocar discussões acerca das representações de gênero que têm se perpetuado através da educação e contribuído para a determinação de assimetrias, que inibem e coíbem nos sujeitos, o pleno exercício de suas identidades.

Palavras-chave: Gênero; educação; discurso; subjetividades.

Abstract

This article, based on studies carried out in the Masters and Doctorates in Education, used a qualitative approach as a source of description, and aims to discuss the strength of language and the role of education in the construction of subjectivities and gender identities. As the word is markedly androcentric and a source of renewed social conflicts, it is important to discuss the meanings of the discourses that permeate the relationship between the sexes in their education and disciplining processes, and about the role of education in transforming social reality, especially with regard to gender equity. Defending the proposal of an education that embraces subjectivity, this reflection is particularly interesting because it provokes discussions about the gender representations that have been perpetuated through education and contributed to the determination of asymmetries, which inhibit and inhibit in subjects, the full exercise of their identities.

Keywords: Gender; education; speech; subjectivity.

Resumen

Este artículo, basado en estudios realizados en las Maestrías y Doctorados en Educación, utilizó un enfoque cualitativo como fuente de descripción, y tiene como objetivo discutir la fuerza del lenguaje y el papel de la educación en la construcción de subjetividades e identidades de género. Como la palabra es marcadamente androcéntrica y fuente de renovados conflictos sociales, es importante discutir los significados de los discursos que impregnan la relación entre los sexos en sus procesos educativos y disciplinarios, y sobre el papel de la educación en la transformación de la realidad social, especialmente con respecto a la equidad de género. Defendiendo la propuesta de una educación que abrace la subjetividad, esta reflexión es particularmente interesante porque provoca discusiones sobre las representaciones de género que se han perpetuado a través de la educación y contribuyeron a la determinación de asimetrías, que inhiben e inhiben en los sujetos, el pleno ejercicio de sus identidades.

Palabras clave: Género; educación; discurso; subjetividad.

1. Introdução

Nascemos machos e fêmeas. Tornamo-nos mulheres e homens, por meio dos processos de socialização, já preconizava Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo*, publicado pela primeira vez na França em 1949. Nesse sentido, sexo (macho/fêmea) e gênero¹ (relações homem/mulher) seriam categorias atravessadas pela cultura, pela ideologia, pelo padrão heteronormativo, e por metáforas que ao longo dos tempos vem reafirmando discursivamente o que pode e não pode uma mulher (e um homem também), pela classe social, pela raça, pela geração. Como espécie, habitamos um corpo pré-determinado biologicamente. Como seres humanos, somos ontologicamente abertos, plásticos, flexíveis. Dialógicos e dialéticos. Originais e polifônicos, completos e inacabados; simples e complexos.

A inspiração fundante desta investigação tem como foco o conceito de Gênero, aqui compreendido como categoria que permite refletir sobre a complexa história social de mulheres e homens. Como dispositivo de análise fundamental para as Epistemologias Feministas este conceito permite também discutir a multidimensional organização social da diferença sexual (cujos pressupostos são construídos cultural e historicamente).

Este conceito, reafirmando uma perspectiva feminista de ver a história, tem como pressuposto historicizar a “construção social da diferença sexual” e nesse percurso, revelar contextos, sujeitos, olhares, interpretações, fontes e novas possibilidades de educar os sexos, fazer ciência e empoderar as mulheres; caminho radicalmente contrário à filosofia iluminista, liberal e patriarcal do século XVII, que pregava a soberania masculina, a incapacidade civil e intelectual feminina, a paixão irracional, e sua sujeição natural ao marido (PATEMAN, 1993). Visão que ainda inspira e “contamina” estudos, discussões, práticas e manifestações em diferentes linguagens, espaços e contextos, como analisa Sandra Harding (1993, p. 93):

[...] a concepção iluminista explicitamente negava que as mulheres possuíssem a racionalidade e a capacidade de observação desapaixonada e objetiva exigidas pelo pensamento científico. As mulheres podiam ser objeto da razão e da observação masculinas, mas nunca seus sujeitos [...].

Visão que dificulta a compreensão da integralidade do ser social, único, complexo, autônomo; sujeito, assujeitado, e transversalizado por relações de gênero, classe, raça,

¹ Categoria de análise fundamental para discutir a histórica, multidimensional e complexa relação de poder entre mulheres e homens (SCOTT, 1991)

geração etc., na organização social. Ser constituído pelo aparato biológico, e também psicológico, emocional, cultural e social; que interage com o meio e com os outros indivíduos em diferentes ambientes e contextos; que pensa, pesquisa e constrói conhecimentos e identidades de Gênero; que representa e reproduz papéis e estereótipos; que se mobiliza e participa politicamente da vida social. E nessa perspectiva, não são bem vindos conceitos generalizantes, hierarquizantes, deterministas e outras abordagens que excluam e desqualifiquem os sujeitos.

Inspirados por estereótipos determinados, cultural, social e ideologicamente muito antes de nascermos (quando ainda “projetos de família”), somos condicionados por uma educação sexista, que diz de critérios e possibilidades para ser mulher, ser homem. Nela, meninas e meninos são introduzidos no que oficialmente é denominado ensino formal. Um ensino estruturado por meio de um currículo historicamente validado, vinculado a um Projeto Político Pedagógico ideologicamente comprometido, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S) e, mais recentemente à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) - dispositivo formal e instrumento de poder criado pelo Estado para definir e regular o que, quando, e como ensinar nas instituições públicas e privadas.

Seguindo a lógica até aqui apresentada, qual o lugar ocupado pela complexidade da existência humana no contexto educativo? Em que nível de realidade situam-se mulheres e homens como seres da subjetividade, da criatividade, potencialmente abertos para interpretar a realidade, e viver a sexualidade? Presos em processos de disciplinamento, como assinala Foucault (1977). Mentos e corpos produzidos, dóceis, ajustados à dinâmica social, aos processos de educação escolar, aos papéis exigidos para cada sexo/sujeito. Confinados numa possibilidade de ser/estar no mundo condizente com papéis pré-estabelecidos, onde dois e apenas dois – mulher ou homem – são impostos como modelos de existência. Olhares conduzidos para limitados padrões de “normalidade”. Nesta perspectiva ajustados, centralizados, “normais”. O que destoa, o “excêntrico” (LOURO, 1997), o diferente, o considerado patológico, carece de controle, de dominação, de acompanhamento especializado. De adequação, enquadramento, formação. Sujeitos “normais” e “excêntricos”, produzidos na interface entre Capital econômico, Capital Cultural e Capital Social (BOURDIEU, 1998), dividindo os mesmos espaços educativos/discursivos; espaços de produção, reprodução e legitimação das desigualdades.

A expressão educar vem do latim Educare, que significa "revelar o que está dentro". Na perspectiva vivida por mulheres e homens em seus longos e complexos processos de socialização, a educação (como imposição), vem de fora. Do Outro que nos constitui, da língua, da linguagem, da família, do Estado, da Igreja e tantas outras instituições sociais. Uma educação disciplinar, classificatória, excludente. Que institui e demarca com precisão os locais em que podem atuar meninas e meninos, mulheres e homens, e os comportamentos adequados e esperados para cada um deles. Que adjectiva e hierarquiza jeitos, expressões, gestos, tendo o masculino a face valorizada. Que invalida, e muitas vezes inviabiliza, com sua organização curricular/disciplinar/temporal, a educação da sensibilidade, da experiência vivida, das trocas, do respeito às igualdades e diferenças. Caminho contrário à legitimação da subjetividade e, conseqüentemente, da emoção como caminho válido para a construção de conhecimentos de si, do outro, do mundo (JAGGAR, 1997).

No discurso histórico, expressões de legitimação para a masculinidade: forte, viril, corajoso, ousado. Para as mulheres expressões que excluem, que desvalorizam: doce, dócil, frágil. Que diminuem: bonitinha, educadinha, professorinha... Idealizações internalizadas e naturalizadas por meio do Habitus (BOURDIEU 1995) que permeia as relações sociais na família, na educação (em seus diferentes níveis de ensino), nas relações sociais.

Tomando essa perspectiva, delicadeza, pouca resistência, elegância, sensibilidade e carinho, tem sido características histórica e ideologicamente atribuídas às mulheres e revelam o que delas se espera: educação, polidez, sensibilidade; abnegação para aceitar a vida; disciplina e resignação para cuidar. Como se pode ver, apropriação ideológica de ações e expressões levadas a termo por meio da linguagem. Se atribuímos às mulheres essas características, pura lógica essencialista - normal, previsível. Se, ao contrário, dizemos que elas não as têm, sua associação ao masculino e tudo que ele representa, é imediata.

Delicadeza, portanto, numa classificação arbitrária e ideologicamente comprometida, seria uma palavra feminina. Se relacionamos delicadeza ao sexo masculino, tendo como referência o arquétipo viril (SARDA, 1987) surgem, de imediato, adjectivações de cunho pejorativo: é "uma mulherzinha", um afeminado, aquele que age como uma mulher, que macula a identidade masculina. Que sai do centro do poder, para ocupar as margens. Que biologicamente aparelhado para assumir

“papel de homem”, nega o determinismo biológico e decide “trilhar” outro caminho. Que, socialmente condicionado para uma masculinidade estereotipada (e muitas vezes tóxica), abre portas para experimentar e viver outro/outros níveis, de realidade.

Ao abraçar essa perspectiva, este indivíduo, subjetivamente constituído, desnaturalizado e fugitivo de uma construção cultural e histórica que universaliza os corpos, e impede novas/outras práticas corporais e existenciais, se abre para uma crescente vontade de saber (FOUCAULT, 1988) experimentar, romper, reinventar-se, apesar dos grilhões, das punições, das prisões, da marginalização. Um desafio à lógica binária cartesiana, hierárquica, que classifica, adjetiva e valora cada um dos sexos por sua função social. Uma quebra no paradigma da dominação masculina e sujeição feminina. Uma provocativa possibilidade de discutir as representações socialmente construídas para mulheres e homens.

Um macho, desnaturalizado, mostrando-se afinado com a existência social feminina - afeminado - compromete o projeto social. Em pressuposto, não fará filhos. Não chefiará. Poder de mando comprometido. Imagem social definitivamente arranhada. Gaiolas discursivas que impedem a livre manifestação de emoções, sentimentos, desejos, querer, identidades. Que, para além do discurso, limitam ações, movimentos, sexualidades, experiências.

A expressão afeminado definida em dicionário (BUENO, 2000) como “muito delicado, com aparência ou modos femininos”, retira radicalmente do homem a condição de “macho” - numa alusão ao Arquétipo Viril proposto por Sarda (1988) - e o coloca no mesmo patamar que as mulheres, o patamar historicamente construído, da inferioridade. Relacionar o macho da espécie a características historicamente construídas para o feminino diminui sua importância social e extirpa sua virilidade, já que essa (em pressuposto), só se realiza na heterossexualidade. Um homem delicado, um ser à margem, o diferente, o “excêntrico” (LOURO, 2003). A condição sexual afetada pelo discurso.

No que tange às mulheres é “comum” que se autodefinam como doces, delicadas, femininas. Algo já naturalizado no imaginário coletivo, aprendido, apreendido, internalizado. Mulheres se abraçam em público, trocam carinhos, choram, andam de mãos dadas, vão juntas ao *toalete*. Permitido. Não são desqualificadas, aliás, como aponta Rachel Sohiet (2000, p.12) “[...] as mulheres não são “desqualificadas”, jamais são “qualificadas”.

No que diz respeito aos indivíduos do sexo masculino, a mensagem é clara. Virilidade é a palavra de ordem que os qualifica. A eles atributos que radicalmente os separam das mulheres. Um não é o outro (BADINTER, 1986). Demonstrar sensibilidade, exhibir gestos suaves, ser vaidoso, “delicado” nos modos; andar em público de mãos dadas, trocar beijos no rosto ou carinhos com outros homens; chorar ou sensibilizar-se com filmes e músicas; usar roupas justas e/ou em tons suaves, principalmente cor de rosa, os desqualificam como homens e os classificam como afeminados. Nem homem, nem mulher. Um ser à margem, diminuído, desrespeitado. Na relação com o feminino, a desqualificação.

Como se vê, entre meninos e meninas, mulheres e homens, há discursos, linguagens, papéis, interpretações; há diferentes caminhos para o exercício da sensibilidade, da sexualidade; há prazer, dor, resistência; há crescimento e retrocesso; há permanência e mudança; há olhares, perspectivas, dimensões. Há, contrariando a universalidade, novas/outras formas de ser e estar no mundo para além dos discursos biologizantes - que se distanciam da perspectiva de que as identidades sexual e de gênero são transversalizadas por construções sociais e, portanto, atravessadas pela história (BUTLER, 2010). Há desdobramentos, entrelaçamentos, aproximações. Há horizontes fixos e móveis. Há possibilidades que precisam ser abraçadas pela educação em seus diferentes níveis de ensino.

2. Metodologia

Este artigo se alimenta do entendimento de que a história é o que acontece a mulheres e homens (atravessados por diferentes categorias) em sua existência social, concreta. Uma história que é também feita de relatos de experiências, situações, acontecimentos, representações e discursos, como afirma Michele Perrot (2008) e que pode ser analisada com rigor e legitimidade pela educação. Uma história composta e construída cotidianamente por mulheres e homens, por sujeitos ativos, cultural e biologicamente, classificados em diferentes espaços (públicos e privados), tempos e contextos (históricos, políticos, ideológicos...), onde a supremacia masculina e branca (na escrita, na educação, nos saberes, no currículo...), tem hierarquizado conhecimentos, atuações, áreas e ações nos mais diversos campos do saber e da experiência humana.

Nessa perspectiva, teoria e metodologia são tomadas como vias complementares. Juntas, elas dialogam, provocam, problematizam e dão vida ao objeto. Juntas constituem o desafiador caminho para o rigor e a validade de uma educação que se quer

científica. Uma educação que leve os envolvidos a pensar (e vivenciar): as especificidades da ciência, como e por quem ela é feita, como se chega a conclusões, como se constrói cada passo, como se analisa criticamente um fato ou fenômeno, como fazer proposições e intervenções.

Este estudo de abordagem qualitativa, que teve início no Mestrado e continuidade no Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, foi pautado na observação atenta e minuciosa dos discursos e linguagens veiculados nos espaços educativos e considerou a ideia defendida por Chizzotti (1998, p. 83) de que:

[...]o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. CHIZZOTTI (1998, p. 83)

Neste estudo, que não se esgota nessa discussão, abraçamos o discurso como objeto, e como possibilidade para observar e problematizar as representações de gênero e as relações de poder veiculadas na educação. E nesse sentido a perspectiva histórica foi determinante, pois permitiu (e ainda permite) investigar/analisar fatos, contextos, sujeitos e sentidos no processo educativo. Nessa abordagem especialmente destacamos as fundamentais contribuições: de Joan Scott (1991), historiadora americana em sua proposta de compreensão de Gênero como categoria relacional e fundante nas relações de poder entre os sexos; de Michele Perrot (2008) e a detalhada e situada discussão acerca da validação teórica de uma História das mulheres; de Amparo Moreno Sarda (1987) e a sensível, reveladora e ilustrativa discussão em torno do Arquétipo Viril e do androcentrismo na história; de Guacira Lopes Louro (1997) sobre Gênero e Educação, de Donna Haraway (1991), Judith Butler (2010) e Sandra Harding (1993) na crítica feminista e na discussão sobre Mulheres, gênero e Ciência.

De início, à guisa de fundamentação, foi importante realizar uma aproximação e análise documental sobre o tema – o que envolveu o contato com teóricos, estudiosos e pesquisadores e, também, a análise de acervos e material pedagógico. Na sequência, realizamos a observação direta das ações e discursos (orais e escritos) nos espaços educativos onde habitamos desde a infância (a escola em seus diferentes níveis de ensino, a universidade, os cursos de formação docente e os encontros pedagógicos) para mapear indícios (da presença/ausência) de relações de gênero nos discursos (implícitos e explícitos) veiculados em diferentes linguagens. Ao longo dos estudos desenvolvidos

no Mestrado e no Doutorado foi criado um acervo de registros e observações que nos permitiram desenvolver e propor a presente análise.

Feita esta aproximação, foi necessário avançar no sentido de dar, à atividade prática (coração pulsante da realidade educativa) onde residem os discursos, seu lugar de importância nesta discussão. Observar a ação docente na escola, analisar os discursos

—
docentes e discentes - presentes em aulas, circulares, comunicados, reuniões e encontros pedagógicos revelou as subjetividades que particularmente nos interessam, quais sejam, as ideias e representações sobre gênero, identidade, sexualidade – o que nos permitiu produzir leitura e pensar em estratégias de discussão/intervenção.

A interpretação das informações coletadas (tratamento dos dados), tomou como base: a abordagem qualitativa, com pressupostos teórico-metodológicos da Educação Científica, da Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1995), da Sociologia da Educação e das Epistemologias Feministas o que possibilitou perceber “construções/compreensões” acerca de gênero (e demais categorias transversalizadas), constituindo-se assim em rico material para as discussões que engendrem propostas para formação integral de diferentes sujeitos, sem hierarquias, e que priorizem a igualdade com vistas ao crescimento pessoal, à qualificação acadêmica e profissional, e à transformação social.

3. Resultados e discussões

Nessa perspectiva a escola, por sua complexidade e seu papel socializador, se configura como espaço privilegiado para observar, investigar, discutir e ressignificar as relações e representações de gênero. Daí a presença cada vez maior de estudos/pesquisas sobre a história da educação, sobre as relações de gênero no ambiente escolar, sobre políticas públicas, sobre diversidade e igualdade. Isso tem provocado acirrados debates nas diferentes instâncias de poder (com olhares impregnados pelo patriarcalismo, pela religião, pelo padrão heteronormativo), sobre os novos rumos da educação e sobre a presença da discussão de gênero no currículo escolar e no planejamento educacional.

A igualdade de gênero, como possibilidade concreta de respeito entre as pessoas, e garantia do direito às identidades – sexual, de gênero, de raça, de religião etc. – precisa orientar-se no sentido da “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na

promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (CONAE 2014, p 19). Como vimos discutindo, não se trata de inculcação, ideologia ou apologia ao fim da família ou quaisquer outras instituições sociais, como expresso em alguns discursos do posicionamento radical, e sim a abertura para o diálogo sobre subjetividade, identidade e suas relações com questões prementes como a violência sexual e de gênero e, a evasão escolar.

Este olhar acerca de uma educação não sexista teve, de início, um propósito bem definido, investigar e discutir como somos aprisionadas/os pelo discurso em diferentes linguagens nos diversos espaços da convivência social. E neste caminhar atento, ampliado pela vida real, pudemos ver e falar da experiência concreta de mulheres e homens na sua busca por se conhecer/entender e transformar a realidade.

Em nossos achados, a possibilidade de refletir sobre o papel da linguagem, da escola e da educação na construção de uma identidade positiva de si e do outro. E abrir, nos diferentes espaços de interlocução de saberes (como a instituição acadêmica e a escola) uma discussão aberta e crítica sobre os processos de socialização. E nessa perspectiva dialogar sobre empoderamento na esteira de uma educação de qualidade que conduza cada sujeito social à plena cidadania.

Como então educar mulheres e homens para a sensibilidade, as conexões, a diversidade, a pluralidade, a aceitação de si e do outro, negando suas identidades? Para o reconhecimento da igualdade na diferença? Para que exercitem suas potencialidades como sujeitos históricos dotados de inteligência, razão, capacidades, vontades, independentemente do sexo, do gênero, da religião, da raça, da classe social?

Educando para o conhecimento (de si, do outro, da realidade) e para a emoção - deliciosa e desafiadora possibilidade. Vemos, ouvimos, cheiramos, saboreamos, tocamos, sentimos de maneira particular. Aparato biológico, cognição e experiência sensorial dialogam e se entrelaçam num complexo de subjetividades que envolvem sentidos, sexo, genética, cultura, espiritualidade. Tudo ao mesmo tempo, tudo aqui e agora. Não anulamos um para que o outro sentido se manifeste. Uma informação, uma música, um toque, um sabor, um perfume, um olhar, acionam em nós memórias do que vimos, vivemos e experimentamos como seres humanos, sem que necessariamente precisemos classificar, teorizar, justificar, explicar, hierarquizar. Sinapses, conexões, memória e esquecimento caminham lado a lado. E nessa experiência, as realidades e

informações se misturam, dialogam, interagem, entrelaçam. Assim ensinamos e aprendemos. Assim interpretamos e nos posicionamos diante da realidade.

O sistema de ensino que conhecemos, reconhece a escrita e a legítima como transmissora de saberes. Valida os conhecimentos socialmente constituídos. Reproduz hierarquias. Descarta a oralidade pela dificuldade de documentação (o que vem mudando nos últimos anos com o fortalecimento da História Cultural). Separa e classifica indivíduos pelo medo do corpo, do sexo, do desejo, do sentimento. Inviabiliza o livre exercício do pensar, experimentar, saborear e descobrir novos olhares, novas possibilidades, novos prazeres. Aprisiona corpos e mentes por meio do Habitus. Provérbios, poemas, canções, mídias e tantas outras linguagens naturalizam expressões e ações que designam e adjetivam mulheres e homens, num flagrante desrespeito às individualidades, às subjetividades.

Transformar... Transpor, transgredir a persistente lógica cartesiana é papel de um educar, que, abraçando a perspectiva da complexidade (HARAWAY, 1991), abre horizontes, amplia olhares, difunde conhecimentos, se complementa nas diferenças. Que para além das gavetas disciplinares, das gaiolas discursivas, dos pré-formatados currículos escolares e acadêmicos (formais e ocultos), do estabelecido modelo de formação docente, da engenhoca burocrática das instituições educativas, permita aos sujeitos, leituras e rupturas no processo de interpretação da realidade.

E que permita também a esse sujeito da subjetividade, fugir dos grilhões teórico-metodológicos que inibem expressões, compreensões, extrapolações; despertando-lhe o olhar crítico, situado, atento e sensível, apto a buscar conhecimentos, reconhecer-se, explorar dimensões, outros padrões, novas lógicas. Importante papel a ser abraçado pelo espaço acadêmico – espaço da pesquisa e da extensão, e de interlocução entre o empírico, o teórico e o metodológico; espaço de revisão dos saberes socialmente constituídos e legitimados; espaço de mobilização política (não necessariamente partidária), de vivências, de revisão/reconstrução/aceitação identitária.

Desafiando a realidade, o tempo e o espaço esse sujeito, transversalizado por diferentes categorias pode ampliar/mudar as lentes, invertê-las ou radicalmente retirá-las. Pode experimentar e se abismar. Fundir-se. Ser Harry Potter - personagem bruxo criado pela britânica J.K. Rowling que habita duas dimensões – física (a realidade dos “trouxas”) e metafísica (o mundo dos bruxos) -, cruzar portais, dimensões, em outras lógicas de espaço/tempo/racionalidade/sexualidade, travar batalhas, encontrar-se,

descobrir-se, aceitar-se. Ser Avatar (expressão aqui utilizada no sentido de metamorfose, transformação), habitar um limitado corpo físico e desafiar a imortalidade; ocupar espaços, enxergar além de si, e do óbvio. Abrir os olhos ou mantê-los bem fechados para uma experiência de vida forte e sensível para seres humanos não engaiolados por discursividades, mas exercitando plenamente seus direitos, querereres, desejos, suas subjetividades.

Basta uma rápida visita a um dos Institutos Superiores de Educação espalhados pelo país (sejam eles particulares ou públicos), para observar uma miríade de sujeitos que desafiam a lógica branca, heterossexual e androcêntrica; que envergam trajes, acessórios e cabelos (em cores e penteados) radicalmente distantes dos estereótipos historicamente construídos para cada sexo; que expressam suas sexualidades em novos/outros padrões de comportamento, vestuário e linguagem; que investem em diferentes manifestações linguísticas pra dizer de si e de suas interpretações da realidade; que nos provocam a pensar em história, em contemporaneidade, em liberdade de expressão, em educação.

4. Considerações Finais

Como se vê, do currículo formal (regido por documentos oficiais como os PCN e a BNCC) ao currículo oculto – que diz respeito às normas e valores transmitidos através dos discursos da escola (APPLE, 1999), há a veiculação de modelos de conduta, a normatização de valores, de expectativas, de papéis adequados, de comportamentos e respostas esperadas para meninas e meninos, mulheres e homens.

E neste fazer, construções “naturalizadas”, legitimadas e alimentadas ao longo dos muitos anos de educação por um sistema de ensino (da educação infantil ao ensino superior) que reproduz as expectativas sociais em seus discursos, seu material didático-pedagógico, seu projeto político vinculado aos modelos historicamente construídos de ciência, de participação política, de desempenho para meninas e meninos.

Nesse contexto, a educação e suas muitas linguagens, se configura como um privilegiado campo de estudos, de investigação (e ação) sobre as complexas relações de poder que permeiam a existência concreta de mulheres e homens. Um campo, que transversalizado por diferentes categorias – gênero, raça, classe social, geração etc. – carece de profunda revisão, como nos propõe pensar Ângela Freire de L. e Souza:

[...] nos interessa um projeto mais amplo de inclusão e ampliação de estudos de gênero na academia, no sentido de contribuir para tornar possível uma nova ordem que, partindo do âmbito acadêmico, se

dissemine na sociedade, especialmente no âmbito da educação, para proporcionar, de modo irreversível, o fim de mitos e preconceitos de gênero que desqualificam as mulheres (LIMA E SOUZA 2005, p. 24)

Uma revisão já abraçada pela Universidade - espaço legitimado para o ensino, a pesquisa e a extensão – para a produção de conhecimentos – e em constante atualização/mobilização – e tantas outras instituições educativas e institutos de pesquisa/ação em gênero e diversidade, e que evidenciam, não só, a importância do tema, mas também, as lutas e as conquistas de grupos organizados em prol de uma educação que respeite e considere os sujeitos, e suas subjetividades.

Agradecimentos

Agradeço às muitas portas e janelas abertas,
de diferentes formas, cores, materiais e tamanhos;
Brancas, azuis, amarelas
Fáceis, difíceis, desafiadoras.
Em todas, a palavra,
O verso,
A dor, a alegria, a tristeza, a incerteza,
A cor, a beleza
De quem ama, e agradece, com certeza!
Aos espaços abertos, aos acervos partilhados
Aos olhos e ouvidos abertos.
Às muitas descobertas!

Referências

- APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. Porto Editora: Portugal, 1999.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. V.2. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. In: *Educação e Realidade*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação 20(2) jul./dez 1995.

BOURDIEU, Pierre.; BOLTANSKI, L. O Diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, Maria Alice. Afrânio CATANI. (Org.). Pierre Bourdieu. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 127-144.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1998. CONAE 2014. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/doc_referencia_conae2014.pdf

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HARAWAY, Donna. O manifesto Ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do século XX. In: MACEDO, Ana Gabriela (org.). *Gênero, Identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 1991.

HARDING, Sandra. *A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista*. Revista Estudos Feministas, n. 1, 1993.

JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157–185.

LIMA E SOUZA, Ângela Freire de. Sexo e Identidade: Biologia não é o destino. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). *Ensaio sobre educação sexualidade e gênero*. Salvador: Helvécia, 2005. p. 21-35.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

SARDA, Amparo Moreno. Em torno al androcentrismo em “la Historia”. In: *El arquetipo viril protagonista de la historia*. Ejercicios de lectura no androcéntrica. Cuadernos Inacabados. Barcelona: La Sal, 1987. pp. 17-68 e 97-111.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

SOIHET, Rachel; Soares, Rosana e Costa, Suely (trad.). A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de historiografia. *Revista Gênero*. NUTEG. – Vol.2, no. 1. Niterói: Eduff, 2000. pp 7-30.